



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 09.586/14

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da PBPrev, Sr. **João Bosco Teixeira**, concedendo Reforma ex-offício, ao Sr. **Everaldo Correia de Oliveira**, matrícula nº 500.694-5, 2º Tenente, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, que contava, à época do ato, com 30 anos e 07 meses de tempo de contribuição e idade de 61 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 09.586/14

Objeto: **Reforma**

Interessado(a): **Everaldo Correia de Oliveira**

Órgão: **PBPrev**

Gestor Responsável: **João Bosco Teixeira**

Procurador/Patrono: Não Há

Reforma ex-offício. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0463/2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 09.586/14**, referente Reforma ex-offício do **Sr. Everaldo Correia de Oliveira**, matrícula nº 500.694-5, 2º Tenente, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria A - nº 2077], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 07 de maio de 2020.

Assinado 7 de Maio de 2020 às 12:40



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 8 de Maio de 2020 às 14:13



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO